

Carta de Brasília no lançamento da obra “Reflexos: as mulheres e suas imagens no sistema de justiça”

Em 7 de março de 2023, véspera do dia internacional da mulher, reúnem-se em Brasília membras e membros das comissões de mulheres das associações subscritoras para o lançamento da publicação “Reflexos: as mulheres e suas imagens no sistema de justiça”. A obra é uma iniciativa conjunta das comissões e reúne artigos científicos escritos por integrantes de diversas instituições jurídicas, estudantes, docentes, pesquisadores, dentre outro(a)s interessado(a)s em fomentar a discussão sobre a paridade de gênero nas carreiras jurídicas.

Assim como a obra, este primeiro encontro presencial das comissões discute a presença das mulheres nas funções essenciais à justiça e suas particularidades, com enfoque em aspectos práticos, experiências exitosas e propostas de soluções para garantir equidade de gênero.

O encontro rememora as conquistas das mulheres e reforça a importância de lutar pela manutenção de seus espaços sociais, econômicos e políticos. O momento também é de reflexão: os recentes e repudiáveis ataques ao Estado Democrático de Direito nos instam a buscar o fortalecimento das instituições e sua reconciliação com a sociedade. E não há como se falar em democracia efetiva sem feminismo e sem a representação de mulheres, de diferentes perfis sociais e étnico-raciais.

A crise de representatividade reforça a falta de confiança da sociedade nas instituições, razão pela qual é urgente a adoção de medidas que garantam a presença de grupos minoritários nos espaços de poder e decisão. Nesse contexto, a participação de mulheres nos diversos cargos e funções do sistema de justiça é essencial para que suas vozes sejam ouvidas na construção de um direito plural e antidiscriminatório, apto ao real enfrentamento dos problemas sociais.

Para tanto, as comissões subscritoras se comprometem a fomentar pesquisas para traçar o perfil social, econômico e étnico-racial das mulheres que integram o sistema de justiça a fim de diagnosticar e propor soluções diante do reduzido número de mulheres, principalmente pretas, em determinadas carreiras jurídicas.



7 de março de 2023

Brasília, DF

Carta de Brasília no lançamento da obra “Reflexos: as mulheres e suas imagens no sistema de justiça”

Também se comprometem a propor mecanismos que confirmem efetividade às cotas nos concursos para ingresso nas respectivas carreiras, a exemplo da eliminação da cláusula de barreira, bem como exigir composição plural e igualitária nas bancas de concurso. A representatividade feminina também deve ser garantida nas diferentes funções e nos mais diversos níveis das carreiras, por meio de medidas de incentivo à promoção de mulheres.

O momento demanda, ainda, a urgente cessação de atitudes e discursos de ódio e discriminatórios no âmbito das instituições jurídicas. Para tanto, reivindicamos que o tema equidade de gênero seja exigido nos cursos de ingresso das carreiras e sempre transversalmente nos demais cursos oferecidos. Paralelamente, incentivaremos a composição paritária de gênero e raça nas atividades das nossas instituições e nos eventos associativos.

A garantia de equidade de gênero também perpassa pela adoção de medidas afirmativas que contemplem as questões femininas de reprodução humana – desde a concepção ao aleitamento materno. Mas não só. Os avanços sociais demandam, para além da proteção da condição de gestar e parir, a garantia do desenvolvimento infantil em novos arranjos familiares, afastando estereótipos que limitam as funções sociais femininas. Assim, as comissões também se comprometem a defender licença parental universal como forma de possibilitar o compartilhamento das responsabilidades da maternidade e paternidade.

Por fim, unidas e comprometidas em torno de uma agenda comum, celebramos a pluralidade das atividades desempenhadas por nossas colegas em todo o Brasil e reafirmamos nosso compromisso com a implementação de ações prioritárias que garantam equidade de gênero e promovam um país mais justo e igual.